

José Genoíno

Olha veja bem, pra gente situar uma experiência individual você tem que colocá-la num contexto geral da época. Era um contexto de enfrentamento político, um contexto de muita repressão e era um contexto de luta, não pelos caminhos democráticos, vamos dizer assim. A minha prisão foi lá no sul do Pará eu fiquei preso durante um período incomunicável. E depois fiquei cinco anos somando todas as cadeias que eu participei: Brasília, São Paulo e Ceará.

Em 68 eu era da liderança estudantil de Fortaleza. Com o Ato Institucional n. 5 eu fui perseguido e fui morar em São Paulo. Quando fui morar em São Paulo, fui morar clandestinamente em São Paulo. Aí fiquei em São Paulo um ano e meio. Depois fiquei dois anos no Araguaia e fiquei cinco anos preso. Então eu não saí do país, eu não fui exilado. Eu cumpri a pena de cinco anos e a Anistia me beneficiou no sentido da recuperação dos direitos políticos. A primeira eleição que eu participei foi a de 82, quando eu votei pela primeira vez na vida. Com 36 anos. Por que antes eu era clandestino. Então eu estudei direito e filosofia. Me especializei em professor de história em cursinho.

Em 79 eu estava começando a voltar à militância política. Eu participei das manifestações pela Anistia, participei do comitê de Anistia, participei do CBA, que era o Comitê Brasileiro de Anistia, participei dos movimentos da comissão de anistia liderada pelo senador Teotônio Vilela, e também da solidariedade, das primeiras greves que surgiram principalmente em 78 com a greve da Scania no ABC.

Eu acho que foi um movimento importante, ele começou pequeno. Eram pequenos grupos que se formaram para colocar a questão para a sociedade porque a sociedade estava adormecida. Porque nós vínhamos de um período de ditadura com censura à imprensa, proibição de manifestação etc. A primeira campanha foi dirigida pela Terezinha Zerbini, que criou o Movimento Feminino pela Anistia. E a partir desse movimento, que eu acompanhei, não participei tanto, porque eu tava saindo da prisão, e depois surgiu o CBA. O CBA era o Comitê Brasileiro pela Anistia. Em cada cidade, em cada capital, tinha um comitê. E esses comitês se reuniam periodicamente. Principalmente em São Paulo, em congressos, em convenções e a partir de 78, principalmente no ano de 78, ele começou a realizar manifestações pela Anistia. Manifestação, abaixo assinado, manifestações em locais fechados, em locais abertos...

Além dos participantes que saíram das prisões, tinha as famílias dos presos políticos. Tinha intelectuais e em 78 teve políticos. Os políticos do PMDB que participaram principalmente quando Teotônio Vilela que era o relator do Congresso Nacional da Lei da Anistia, ele começou a visitar os presídios.

Surgiram vários políticos que participaram do CBA: Teotônio Vilela, Freitas Nobre, o Airton Soares, Alberto Goldman, Quércia, Ulysses Guimarães. O Lula começou a participar a partir da greve do ABC em 78. Então esse movimento foi crescendo. Ele não foi de uma vez. Eu acho que ele começou final de 77, e cresceu mais ainda em 79 quando houve a votação da Lei da Anistia no Congresso Nacional.

Eu recebi uma indenização única de R\$ 100,00. Não foi pensão nem nada, foi uma pensão única porque eu era estudante e fui perseguido. Fui cassado pelo AI-5, e participei da resistência armada. Por essa ação do Estado eu recebi uma indenização única de R\$100.000,00.

Eu acho que a reparação econômica é justa, principalmente se ela tem como limite a indenização que foi concedida aos familiares de mortos e desaparecidos. Eu acho que existem indenizações altas, grandes, que não se justificam. Agora, indenizações básicas que significam, simbolicamente, um reconhecimento do Estado, a reparação em função de danos materiais e danos morais, se justificam. Não se justifica indenizações que ultrapassem os limites da simbologia, da reparação mais política.

Eu acho que foi uma importância muito grande porque o Brasil foi se reencontrando, e esse reencontro do Brasil com seu passado sem que o conhecesse, o elo foi a Lei da Anistia. E esse reencontro se deu numa campanha, num movimento de reconciliação no país. Num movimento de reencontro. A Anistia não é julgamento, não é revanchismo. A Anistia é um reencontro e reconciliação política diante de uma época histórica que todos tem que conhecer, mas ao mesmo tempo a Anistia é o elo, é o fio condutor entre o pára-brisa e o retrovisor, como se tivesse num carro. Você tem que olhar o passado, mas com os olhos no futuro que é representado pelo pára-brisa.

Quando a gente faz uma recuperação histórica, essa recuperação é aberta. Ela não é só a recuperação de uma visão. Ela possibilita o debate, ela possibilita a polêmica, ela possibilita a discussão e principalmente para as gerações que não viveram aquele período é importante esse conhecimento, e todo conhecimento da história é um conhecimento aberto. Cada pessoa faz a sua avaliação e tira as suas conclusões.

A mudança mais importante e mais significativa é você viver em um país em que você não tem medo de perseguição. A democracia que hoje está em baixa, tem que

ser recuperada, tem que ser revalorizada porque o princípio fundante da democracia é que todo o poder emana do povo. Só pode ser exercido diretamente pelo povo ou pela representação política que o povo delega, que o povo elege. E a minha experiência marcante foi viver e construir esse processo democrático no país. Eu participei das campanhas de democratização, das campanhas das diretas, da fundação do PT, da Constituinte e conquistei o direito de votar. Fui eleito pela primeira vez exatamente após a Lei da Anistia que foi em 82.

Eu acho que foi uma experiência muito rica e eu acho que o Brasil está consolidando a democracia. É importante que as novas gerações tenham uma relação de afeto, estima e de luta pela democracia. O país está vivendo um período de 24 anos ininterruptos; nós conquistamos a liberdade, o direito de votar, conquistamos o direito de se manifestar, de se organizar, o direito de protestar, e também estamos conquistando direitos sociais, direitos econômicos. A democracia é a melhor experiência dos humanos ao longo da história da humanidade pra viver e pra construir mudança. É a democracia, eu acho que essa é uma lição muito forte com a experiência que eu vivi na campanha da Anistia.

A minha opinião e, eu lutei por isso na Constituinte, nós defendemos uma emenda que dizia que a tortura é imprescritível. Eu acho que a tortura é um crime imprescritível. Essa questão ela tem que ser debatida, e todo país faz esse debate quando sai de uma ditadura, pelo poder judiciário. Não é uma questão de ajuste de contas nem de revanchismo, é uma discussão no plano político-jurídico. Eu acho que tem que ser feito esse debate.